

## ANEXO I

(a que se refere o artigo 2.º)

### PROGRAMA DE APOIO À ECONOMIA LOCAL (PAEL)

#### FORMULÁRIO DE ADESÃO

##### A. Identificação do Município:

Designação: **Município de Torres Novas**

Morada: **Rua General António César Vasconcelos Correia**

Código Postal: **2350-421**; Localidade: **Torres Novas**

Contactos: **Dra. Isabel Ribeiro**, Directora do Departamento de Administração Geral e Finanças,

Telefone 249 839 430,

Fax 249 811 780,

Email: [daf@cm-torresnovas.pt](mailto:daf@cm-torresnovas.pt) e [isabel.ribeiro@cm-torresnovas.pt](mailto:isabel.ribeiro@cm-torresnovas.pt)

##### B. Data da última informação financeira trimestral comunicada:

2º trimestre de 2012 \_ 16 de Julho de 2012.

##### C. Enquadramento no PAEL

###### PROGRAMA I

##### 1. Condições de acesso nos termos do n.º 2 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012 de 28 de agosto.

##### a) Município com situação de desequilíbrio financeiro aprovado pela assembleia municipal e Plano de reequilíbrio financeiro aprovado

Pretende integrar o empréstimo do PAEL no contrato de reequilíbrio financeiro?  
(Assinale na caixa respetiva)

• Sim ☐

• Não ☐

##### b) Município em situação de desequilíbrio financeiro estrutural em 31-12-2011 não declarada pelo município

Verifica as seguintes situações nos termos do n.º 1 do artigo 8 do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março:

*[Colocar o quadro do ofício enviado aos municípios]*

Pretende declarar a situação de desequilíbrio financeiro estrutural?

(Assinale na caixa respetiva)

• Sim ☐

• Não ☐

Se sim, pretende integrar o empréstimo do PAEL no contrato de reequilíbrio financeiro a apresentar aos membros do Governo responsáveis pelas áreas das finanças e das autarquias locais?

- c) *Município que reúne os pressupostos de adesão ao Programa II do PAEL (n.º 2 do artigo 1.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de maio) e opta pela adesão ao Programa I*

## PROGRAMA II

2. **Condições de acesso nos termos do n.º 3 do artigo 2.º da Lei n.º 43/2012, de 28 de maio.**  
(municípios que tenham pagamentos em atraso há mais de 90 à data de 31 de março de 2012).

x

### D. Prazo e montante de Financiamento:

#### 1. Prazo do empréstimo

- a) Programa I  
(n.º 1 do artigo 3.º)

n.º de anos

- b) Programa II  
(n.º 2 do artigo 3.º)

14 anos

#### 2. Valor elegível e financiamento solicitado

(euros)

Dívidas vencidas há mais 90 dias – 31/03/2012 <sup>(1)</sup>	Abatimento			Valor elegível <sup>(3)</sup>	Financiamento solicitado <sup>(4)</sup>
	n.º 3 do art.º 65.º da LOE/2012 <sup>(1)</sup>	n.º 4 do art.º 65.º da LOE <sup>(2)</sup>	Fundo de Regularização Municipal		
(a)	(b)	(c)	(d)	(e)=(a)-[(b)+(c)+(d)]	(f)
10.089.967,73€	753.282,33€	442.085,36€	148.310€	8.746.290,04€	7.481.185€

<sup>(1)</sup> Dados retirados do SIAL em 14 de Junho

<sup>(2)</sup> Valor comunicado pelo município em resposta ao inquérito realizado pela DGAL. Este valor poderá ser corrigido caso o município comprove que o valor efetivamente suportado é outro.

<sup>(3)</sup> Caso o Município, na sequência da publicação do Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho, reduza o valor registado, nomeadamente por dedução de valores impugnados judicialmente, alerta-se que esse valor será abatido ao valor elegível.

<sup>(4)</sup> Programa I – nos termos do n.º 1 do artigo 3.º.

Programa II – nos termos do n.º 2 do artigo 3.º.

### E. Documentos que devem acompanhar o presente pedido de adesão

- a) Deliberação da Assembleia Municipal, a qual deve incluir a autorização expressa para contratação do empréstimo solicitado - Ficheiro “**DELIBERAÇÃO\_AM**”;
- b) Plano de ajustamento financeiro elaborado e aprovado, respetivamente, pela Câmara e Assembleia Municipais – Ficheiros “**Plano de Saneamento Financeiro\_Torres Novas a 14 anos.pdf**”, e “**PAEL\_Programa\_Mapas\_Portal**”;

- c) Parecer do ROC/SROC, devidamente datado – ficheiro **“Parecer ROC \_ PAEL”**
- d) Simulação dos fundos disponíveis e das obrigações de pagamento dos compromissos assumidos ou assumir até ao fim do ano de 2012 – ficheiro **“Fundos\_Disponíveis\_Simulação”**;
- e) Documento com explicação sucinta dos impactos de cada medida do Plano – Ficheiro **“Medidas\_Plano”**;
- f) Caso o município pretenda declarar a situação de desequilíbrio financeiro estrutural, remete, para além dos indicados nas alíneas c), d) e e), os seguintes documentos:
- Deliberação da Assembleia Municipal de declaração da situação de desequilíbrio financeiro estrutural, nos termos do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 38/2008, de 7 de março, a qual deverá ainda conter a autorização expressa para a contratação do empréstimo ao abrigo do PAEL e do empréstimo para pagamento da restante dívida;
  - O Plano de reequilíbrio financeiro, apresentado nos modelos aprovados para o PAEL, com indicação expressa das dívidas que vão ser financiadas pelo empréstimo ao abrigo do PAEL e das que vão ser financiadas pelo empréstimo no âmbito do reequilíbrio financeiro.

## F. Outras informações

### 1. O município tem regulamentos de controlo interno

(Assinale na caixa respetiva, quando existam)

Arrecadação e controlo da receita  
 Processos de execução fiscal e procedimentos de aplicação de coimas  
 Recursos Humanos  
 Disponibilidades  
 Processo de aquisição de bens e serviços  
 Tramitação da despesa  
 Contas de terceiros e endividamento  
 Existências  
 Imobilizado  
 Comunicações  
 Aquisição e atribuição de viaturas e gestão do parque automóvel

Sim	Não
X	
	X
	X
X	
X	
X	
X	
X	
	X
X	

Estes regulamentos estão atualizados de acordo com as exigências que decorrem, nomeadamente do estipulado na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro (assunção de compromissos e pagamentos em atraso)?

(Assinale na caixa respetiva)

• Sim ☐

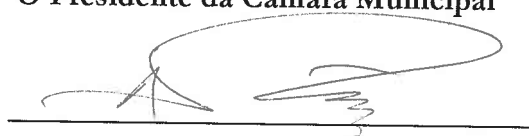
• Não ☒

Se não, em que data prevêem a sua atualização?  
 (inscrever data prevista p/ conclusão da atualização)

Novembro de 2012

Data: 4 de Outubro de 2012

O Presidente da Câmara Municipal



(Dr. António Manuel de Oliveira Rodrigues)